ICMBio define perfil de beneficiários de reserva extrativista no Pará

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) definiu o perfil das famílias que poderão fazer uso sustentável da Reserva Extrativista (Resex) Marinha Mocapajuba, no município de São Caetano de Odivelas, no estado do Pará. A descrição dos beneficiários foi publicada em portaria nesta terça-feira (9), no Diário Oficial da União e passa a ter efeito a partir de 1º de fevereiro.

As famílias consideradas beneficiárias passam a ter acesso às políticas públicas previstas na legislação para a população que se mantém a partir da extração sustentável de recursos naturais, presentes nas unidades de Conservação mantidas pelo ICMBio. São ações de apoio como concessão de crédito, seguro e outros tipos de fomento que permitem que os recursos naturais sirvam como fonte de renda, sem que sejam esgotados e exigindo o cumprimento de outros critérios como a apresentação de planos ambientais e de manejo.

De acordo com o texto, 24 comunidades e a região central da cidade são consideradas áreas da reserva, onde os moradores só poderão ser beneficiários para prática extrativista se já viviam na região desde fevereiro de 2021. Também precisarão comprovar a prática extrativista sustentável dos recursos naturais como pesca artesanal, captura de caranguejo ou moluscos, coleta de frutas ou atividade relacionada por pelo menos 12 dias ao mês.

A medida estabelece que pessoas inativas por motivo de saúde ou idade, que vivem na reserva e trabalharam nessas atividades tradicionais ao longo da vida, também são beneficiárias, assim como os que têm ancestralidade na comunidade e desempenham

função importante para a população da reserva, como professores e agentes de saúde.

O reconhecimento dos beneficiários também foi condicionado à aprovação do Conselho Deliberativo da reserva, com o auxílio da identificação feita pela própria comunidade e pela Associação de Usuários da Resex Mocapajuba (Auremoca). Outras pessoas que tenham acesso aos recursos da reserva são consideradas usuárias.

As comunidades que integram aa Resex Marinha Mocapajuba são: Camapu-miri, São João do Ramos, Ilha de São Miguel, Páscoa, Aê, Pererú de Fátima, Santa Maria da Barreta, Pratiquara, Boa Vista, Ponta do Bom Jesus, Monte Alegre, Madeira, Cachoeira, Espanha, Cachoerinha, Vila Sorriso, Km 8 (Vila Paraíso), Km 9, Km 10 (Mururé), Alto Camapú, Alto Pererú, Itapepoca, Jutaí, Guajará e Laranjeira.

Fonte: Agência Brasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 09/01/2024/22:54:23

Notícias gratuitas no celular

O formato de distribuição de notícias do Jornal Folha do Progresso pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a receber as notícias do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade:

* **Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO**

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835– (93) 98117 7649.
“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”
Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

---

MPF recomenda à prefeitura de Santarém estudo para avaliar situação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

(Foto:Reprodução) – Dados da Defesa Civil de Santarém atribuem que o rio Tapajós está 38 cm abaixo do nível registrado em 2010, durante o último período de estiagem histórica.

Os problemas de escassez de água e alimentos, mortandade de peixes e a dificuldade para locomoção da população pelas vias terrestres e fluviais fazem com que organizações representantes de comunidades tradicionais se mobilizem para manter o mínimo de abastecimento básico aos moradores. Apesar do esforço, os recursos são insuficientes dada a dimensão das necessidades.

Diante disso, na última sexta-feira, dia 13, foi enviada à

prefeitura municipal de Santarém, recomendação por parte do Ministério Público Federal para que se realize levantamento de dados e informações sobre os efeitos da estiagem na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, lar de 23 mil pessoas distribuídas em 74 comunidades e aldeias.

Em posse dos dados, o município deverá avaliar a urgência ou não de declarar estado de emergência na área em razão do risco humanitário causado pelo desabastecimento de água potável e alimentos na região. A prefeitura santarena tem o prazo de cinco dias para realizar o estudo, de acordo com documento assinado pelo procurador da República Vítor Vieira Alves.

Por meio dos Decretos nº 847/20235, de 5 de outubro, e nº 856/20236, de 12 de outubro deste ano, a prefeitura de Santarém decretou situação de emergência em determinadas áreas do município mais afetadas pela estiagem, entretanto, nenhuma delas dentro da área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

“É importante avaliar a declaração do estado de emergência também para área da Reserva, a fim de mitigar ou erradicar os efeitos da estiagem aos povos e comunidades tradicionais que vivem na área”, destaca o MPF na recomendação.

Em caso de declaração de emergência na área em questão, será possível adquirir sem a necessidade de licitação bens e produtos necessários para diminuir ou sanar os problemas da comunidade. Fica também autorizada a mobilização de voluntários e órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil.

A prefeitura de Santarém tem 72 horas, a partir do recebimento da recomendação, para informar ao MPF se acatará ou não as medidas propostas. No caso do descumprimento, o órgão ministerial poderá adotar providências judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

Fonte:O Impacto e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 17/10/2023/10:51:13

Notícias gratuitas no celular

O formato de distribuição de notícias do Jornal Folha do Progresso pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a receber as notícias do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade:

*** Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO**

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835– (93) 98117 7649.
“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”
Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

https://www.folhadoprogresso.com.br/o-crescimento-imparavel-dos-cassinos-online-no-brasil-analise-e-perspetivas/